

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.340 - SP (2019/0020343-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MARCIO FERNANDES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : PAULO MARZOLA NETO - SP082554
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado pelo crime de furto (art. 155, § 4º, IV, do Código Penal) à pena de 4 anos de reclusão, em regime fechado.

O recurso da defesa apontando nulidades e requerendo absolvição do sentenciado e, subsidiariamente, o redimensionamento da pena, foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para alterar a reprimenda para 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado.

Sem ementa.

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega a ocorrência de violação ao disposto nos artigos 156, 157, 381, III e 619, todos do Código de Processo Penal, 489, § 1º, IV e V, do CPC.

Afirma que não foram apreciadas as matérias preliminares arguidas pela defesa. Assegura que argumentou em alegações finais aspectos relevantes capazes de infirmar as interceptações telefônicas autorizadas e adotadas pelo juiz sentenciante que poderiam alterar a conclusão adotada quanto à condenação. Pondera que foi cerceada a defesa, uma vez que não foi dada ciência das datas que iniciaram e terminaram cada uma das interceptações telefônicas.

Sustenta que:

"Os v. acórdãos prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ofenderam ainda a disposição contida no ARTIGO 157 DO CPP, posto que foi expressamente VIOLADO O ARTIGO 5º DA LEI 9.296/96, eis que os POLICIAIS CIVIS DA DIG DE RIBEIRÃO PRETO, pois, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO JUÍZO NATURAL DA AÇÃO PENAL, efetivaram uma DEVASSA NA UNHA

TELEFÔNICA MÓVEL de preso em flagrante na cidade de Batatais (BRUNO) e, em seguida, utilizaram tanto dos CONTATOS CONSTANTES DA AGENDA TELEFÔNICAS, assim como das LIGAÇÕES RECEBIDAS E DISCADAS e ainda das FOTOGRAFIAS QUE ESTAVAM SALVAS NO APARELHO CELULAR, para a partir daí postulare as interceptações telefônicas dos Réus nesta ação penal perante o MM. Juízo de Direito da Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP - Processo nº 1.813/2010, portanto, SÃO ILÍCITAS E INADMISSÍVEIS para servir de prova em face do Recorrente, nos moldes traçados pelo Artigo 157 do CPP, "in verbis":

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 910/911 afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7/STJ e n. 284/STF.

Agravo em recurso especial às fls. 913/1004.

Contraminuta às fls. 410/431.

Parecer ministerial proferido pelo desprovimento do recurso (fls. 1028/1036).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente postula, em suma, que seja anulado o acórdão recorrido, considerando a existência de omissão quanto as teses preliminares indicadas pela defesa, para que seja feita nova análise sobre os referidos questionamento.

Na análise da *quaestio*, o Tribunal de origem, quando do exame dos aclaratórios, consignou que todas as preliminares cingiram-se à legalidade das interceptações telefônicas, que foram prontamente afastadas (e-STJ, fl. 798):

No caso em testilha, como explicitado na decisão embargada, todas as preliminares cingiram-se à legalidade as interceptações telefônicas e foram assim afastadas:

'Ocorre que a censura telefônica aportou nestes autos como prova emprestada dos autos n. 1813/09 - apenso (0062237-95.2009.8.26.0506), este, já em sede de apelação, distribuída ao relator Dr. Des. Otávio, integrante da 7ª Camara Criminal, conforme consta do Sistema de

Automação da Justiça - SAJ.

(...)"

Desse modo, o acórdão recorrido enfrentou de maneira clara e fundamentada a pretensa nulidade das interceptações telefônicas.

Ressalta-se que "omissão no julgado e entendimento contrário ao interesse da parte são conceitos que não se confundem" (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.129.183/DF, Rel. Min.Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 28.8.2012).

Impende consignar, ainda, quanto ao tópico, os fundamentos lançados pelo Tribunal de origem quando do julgamento da apelação:

Ocorre que a censura telefônica nestes autos como prova emprestada dos autos n. 1813/09 (0062237-95.2009.8.26.0506), este, já em sede de apelação, ao relator Dr. Des. Otávio, integrante da 7ª Câmara Criminal consta do Sistema de Automação da Justiça - SAJ.

Inclusive, vale nota que os acusados também foram denunciado nos presentes autos por formação de quadrilha, com base nas referidas interceptações telefônicas, entretanto, observou o magistrado da causa que neste tocante havia litispendência com os referidos autos 1813/09 (0062237-95.2009.8.26.0506), afastando deste caderno processual tal imputação, remanescendo apenas o furto.

Com efeito, considerando que a prova teve seu nascedouro naqueles autos, sua legalidade deveria ter sido lá questionada.

Em verdade, foram as referida preliminares levantadas naqueles autos e fundamentada rechaçadas, conforme se verifica no julgamento do apelo nº 95.2009.8.26.0506, Voto n. 3.814, da lavra do Dr. Des. Otávio/Rocha certificado o trânsito em julgado do v. Acórdão em 20.06.2017

Assim, aqui, incabível .qualquer questionamento a respeito da legalidade da interceptação telefônica, seja porque sua produção se deu fora destes autos, tendo sido emprestada, seja porque, e principalmente, já definida a legalidade em seus autos originários.

O recorrente não rebate o principal fundamento da corte originária de que *a prova teve seu nascedouro em outros autos, tendo sua legalidade lá questionada e afastada, de forma fundamentada*, o que atrai o óbice da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

